

SAMUEL MIRANDA ARRUDA

Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra e Mestre em Direito Público pela UFC.

Bacharel em Direito e em Engenharia Civil.

Professor Adjunto do Departamento de Direito Público da Universidade
Federal do Ceará e Professor do Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade de Fortaleza.

Foi Promotor de Justiça do Estado do Ceará entre 1996 e 1998 e
nomeado Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Ceará.

Desde 1998 é Procurador da República.

O DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

Editora Brasília Jurídica

Brasília, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Arruda, Samuel Miranda.

O direito fundamental à razoável duração do processo / Samuel Miranda Arruda; pref. J. J. Gomes Canotilho. - Brasília : Brasília Jurídica, 2006.

415 p.

Inclui anexos e referências.

ISBN 85-7469-286-7

1. Direito Fundamental - Fundamento Jurídico - Fundamento Constitucional. 2. Direito Internacional - Direitos Humanos. 3. Processo - Julgamento - Prazo. 4. Prazo - Tempo Razoável - Tempo Suficiente - Tempo da Justiça. 5. Titularidade - Direito Fundamental - Processo - Tempo Razoável. I. Título. II. Canotilho, J. J. Comes (Pref.).

CDDir 340.1

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
PARTE I - OS FUNDAMENTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DO DIREITO	
1 - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS	25
1.1 Breve Justificativa da Opção por Uma Análise Histórica e Pequenas Nótulas Acerca do Desenvolvimento da Idéia de Direitos Fundamentais	25
1.2 Antecedentes Anglo-Saxões	29
1.2.1 Origens do direito na Inglaterra: traços de um direito ao processo em tempo razoável nos antigos textos jurídicos ingleses	29
1.2.2 O speedy trial no nascedouro do constitucionalismo norte-americano	36
1.3 Tempo e Processo na Evolução do Direito Europeu Continental	39
1.4 As Raízes de Um Direito ao Processo em Tempo Razoável no Brasil e em Portugal	40
1.4.1 O conceito de "prazo razoável" nas Constituições portuguesas de 1826 e 1838	41
1.4.2 O direito previsto no artigo 113, 35, da Constituição brasileira de 1934	42
1.5 Uma Tentativa de Compreensão da Evolução do Direito Fundamental ao Processo em Tempo Razoável a Partir da Evolução da Própria Idéia de Processo	43
2 - FUNDAMENTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS MEDIATOS E DIREITOS AFINS	47
2.1 - Em Busca da Autonomia	47
2.2 O Direito à Proteção Jurídica Como Corolário do Princípio do Estado de Direito	53
2.2.1 - A Via Judicial de Proteção Jurídica	56
2.2.2 Estado de direito, qualidade e forma da proteção jurídica e componente temporal da realização da justiça	59
2.2.3 Síntese conclusiva	61
2.3 O Direito à Tutela Jurisdicional	62

Localização: 342.7

A779d

Código de barras: STJ00065428

2.3.1 O acesso à justiça	64
2.3.1.1 O Acesso à Justiça e o Tempo de Tramitação dos Processos Judiciais	70
2.3.2 - Para além do acesso: a efetividade da tutela	72
2.3.3 O direito à tutela judicial na Constituição brasileira	75
2.3.4 Peculiaridades de um reconhecimento do direito ao processo em tempo razoável como decorrência da garantia de tutela jurisdicional efetiva	79
2.4 Fair Trial, Due Process of Law e Tempo Razoável	81
2.4.1 O due process of law e o direito ao processo eqüitativo: dois conceitos aproximados	81
2.4.2 A cláusula do devido processo legal na Constituição brasileira de 1988	88
2.4.3 A morosidade ou celeridade desarrazoada do processo como ofensa à garantia do due process of law e do processo eqüitativo	90
2.4.4 Características particulares do reconhecimento de um direito ao processo em tempo razoável como consequência da garantia do due process of law	94
2.5.1 A presunção de inocência na Constituição brasileira	101
2.5.2 A razoável duração do processo e o princípio da presunção de inocência: alguns traços particulares	102
2.6 O Princípio da Segurança Jurídica e a Temporalidade da Tutela Judicial: a Morosidade dos Processos Como Elemento Causador de Insegurança em um Sistema Jurídico	103
2.7 Quem Tem Medo da Eficiência? O Princípio da Eficiência e sua Aplicação na Administração da Justiça	109
2.7.1 Do Estado mínimo ao Estado máximo. Do Estado legal ao Estado eficiente	111
2.7.2 A constitucionalização da eficiência como valor a ser observado na consecução das atividades públicas	113
2.7.3 A aplicação específica do princípio da eficiência ao sistema judicial: possibilidade e limites	117
2.7.4 Como aferir a eficiência de um sistema judicial?	123
2.7.5 O tempo enquanto critério de análise da eficiência do sistema judicial	126
2.7.6 O princípio da eficiência e o direito fundamental ao processo em tempo razoável	128

3 - FUNDAMENTOS DE DIREITO INTERNACIONAL: A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO AO PROCESSO EM TEMPO RAZOÁVEL

131

Localização: 342.7

A779d

Código de barras: STJ00065428

3.1 O Relevô do Sistema Internacional de Proteção	131
3.2 Sistema Global	133
3.2.1 A nova vaga de universalidade e a Declaração Universal dos Direitos do Homem	133
3.2.2 O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o right to a process without undue delay	136
3.3 Os Instrumentos Regionais de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito ao Processo em Tempo Razoável	140
3.3.1 A Convenção Européia dos Direitos do Homem	142
3.3.1.1 A Importância do Direito ao Processo em Tempo Razoável na Jurisprudência do Tribunal de Estrasburgo	147
3.3.1.2 Qui Custodes Custodiet? A Morosidade da Atuação da Corte de Estrasburgo	150
3.3.2 O direito ao processo em prazo razoável na Carta dos direitos fundamentais da União Européia	153
3.3.3 O direito ao processo em tempo razoável e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	156
3.3.4 O direito ao processo em tempo razoável na Convenção Americana dos Direitos do Homem	160
3.4 A Aplicação da Norma Internacional no Plano Interno	163
3.4.1 A eficácia das convenções internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	163
3.4.2 O impacto da Convenção Européia no Ordenamento Português: o caso específico do direito ao processo em tempo razoável	173
3.4.3 Qual norma aplicar? O problema da compatibilização dos tratados de direito internacional dos direitos humanos	175
4 - FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DIRETOS	179
4.1 A Constitucionalização Expressa em Portugal	179
4.1.1 O direito a processos céleres e prioritários como instrumento de defesa dos direitos, liberdades e garantias: processos céleres x processos prioritários, o esboço de uma diferenciação	181
4.2 Para Compreender a Prioridade Processual: Notas Críticas e Comparativas Acerca da Priorização dos Processos	183
4.3 Os Processos Céleres e Prioritários e a Tutela de Urgência	187
4.4 Há Um Direito fundamental Específico à Tutela de Emergência? Ou, Tempo Razoável X Tempo Útil: Introdução	
	Localização: 342.7
	A779d
	Código de barras: STJ00065428

a Uma Distinção	191
4.5 Relevância do Direito Fundamental e Omissão do Constituinte Originário Brasileiro: Um Silêncio Ensurdecador. Ou: o Constituinte Tem Razões que a Própria Razão Desconhece	194
4.6 Outros fragmentos constitucionais dispersos	198

PARTE II - O CONTEÚDO DO DIREITO

1 - NOMENCLATURA E DIMENSÕES PRINCIPAIS 203

1.1 Uma Questão Terminológica Prévia	203
1.2 As Duas Dimensões do Tempo Razoável e as "Indissolúveis" Tensões Entre Elas: Tempo Razoável e Tempo Suficiente	207
1.2.1 Prazo cômputo e prazo razoável	215
1.2.1.1 A Razoabilidade dos Prazos em Abstrato e os Benefícios de Prazo da Fazenda Pública e do Ministério Público no Processo Civil	219
1.3 A Natureza do Direito ao Processo em Tempo Razoável: Direito de Defesa ou Direito à Prestação?	224
1.3.1 Um direito diretamente aplicável?	228
1.3.2 Há um direito subjetivo à razoabilidade temporal dos processos?	228
1.4 O Âmbito de Aplicação Material do Direito Fundamental: Quais Processos Devem Tramitar em Tempo Razoável?	231
1.4.1 A aplicação do direito na esfera criminal	234
1.4.2 O caso especial dos processos executivos	235

2 - TITULARIDADE 239

2.1 A Parte Como Titular do Direito Fundamental ao Processo em Tempo Razoável	239
2.1.1 O problema da pessoa jurídica de direito público como titular do direito ao processo em tempo razoável	244
2.1.2 O problema do litisconsorte como co-titular do direito fundamental	251
2.2 O Problema da Titularidade no Processo Penal	251
2.2.1 O direito ao processo em tempo razoável como direito de defesa no processo penal e sua titularidade	251
2.2.1.1 O Caso Particular do Réu Preso	254
2.2.2 O outro lado: a dimensão temporal do processo penal sob a perspectiva do ofendido e da sociedade	255

Localização: 342.7

A779d

Código de barras: STJ00065428

3 - OS DESTINATÁRIOS OU SUJEITOS PASSIVOS DAS NORMAS ASSECURATÓRIAS DO DIREITO AO PROCESSO EM TEMPO RAZOÁVEL	261
3.1 O "Problema" do Destinatário da Norma de Direito Fundamental	261
3.2 Estado-Juiz: o Destinatário Principal	264
3.3 O Legislador Enquanto Destinatário: a Obrigação de Estabelecer Um Sistema Normativo- Processual Compatível com a Preservação Deste Direito Fundamental	266
3.4 O Poder Executivo e o Administrador dos Tribunais Como Destinatário ou Quem Pagão Custo da Eficiência Temporal?	270
3.5 Os Demais Atores Processuais e o Dever de Colaboração com a Justiça: a Procrastinação Dolosa do Feito Como Litigância de Má-Fé	273
4 - A NOÇÃO DE TEMPO RAZOÁVEL OU EM BUSCA DO TEMPO DA JUSTIÇA	277
4.1 Considerações Prévias	277
4.1.1 O tempo e sua relatividade: notas a respeito do tempo da justiça	277
4.1.2 O tempo da justiça, o tempo da sociedade, o tempo da imprensa, o tempo da história... problemas de um descompasso na época do tempo real	283
4.2 Compreendendo o Conceito de Tempo Razoável	288
4.2.1 Um conceito (necessariamente?) indeterminado	288
4.2.2 O processo em tempo razoável e o direito ao prazo	291
4.2.3 O tempo médio de tramitação como critério de razoabilidade: a constitucionalização do abuso?	294
4.3 Critérios Gerais Para Análise da Razoabilidade do Tempo de Tramitação dos Processos	296
4.3.1 Como apreciar o tempo transcorrido: o dies a quo do prazo e seu encerramento	297
4.3.2 O princípio da proporcionalidade como elemento concretizador da noção de tempo razoável	301
4.3.3 O comportamento da parte lesada	302
4.3.3.1 A Inércia do Titular do Direito e a "Demand-Waiver Doctrine"	302
4.3.4 A complexidade do caso	306

Localização: 342.7

A779d

Código de barras: STJ00065428

4.3.5 A conduta das autoridades	309
4.3.6 As consequências da demora ou os prejuízos advindos ao titular do direito como fator determinante na análise de razoabilidade	311
4.3.7 O tempo de tramitação em si mesmo considerado e a existência de "tempos mortos" no curso da marcha processual	313
4.4 O Caso Específico do Processo Penal	314
4.4.1 O modelo português de limitação do tempo de duração da prisão preventiva e das demais restrições processuais	315
4.4.2 O prazo de 81 dias como limite à aplicação de prisão preventiva no Brasil e o direito ao processo em tempo razoável	316
4.4.3 O prazo razoável de tramitação do processo em que se aplica privação de liberdade: considerações gerais	324
4.4.4 O direito de esquecer e de ser esquecido: prazo prescricional e prazo razoável	332
4.5 Direito ao Processo em Tempo Razoável e Direito à Intervenção Judicial em Tempo Razoável	338
4.6 O tempo como arma. A provocação da morosidade como estratégia na guerra judicial	340
4.7 A Democracia Representativa e o Direito ao Processo em Tempo Razoável: Considerações Acerca de Uma Aplicação Particularizada Deste Direito Fundamental nos Procedimentos Eleitorais	346
4.7.1 O contencioso eleitoral	348
4.7.2 A necessidade de observância de prazos processuais e constitucionais para prolação de decisões no direito eleitoral e o recente exemplo americano. As decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos em Bush vs. Gore e Bush vs. Palm Beach County	350
4.7.3 Uma projeção especial do direito ao processo em tempo razoável	355
5 - NOTAS FINAIS SOBRE A TUTELA DO DIREITO	359
5.1 O Mirabolante Laboratório Processual	364
TESES	369
ANEXOS	381
	Localização: 342.7
	A779d
	Código de barras: STJ00065428

REFERÊNCIAS	383
Endereços eletrônicos referenciados	415